



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 22/2014

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 19/2014 e n.º 20/2014 referente às reuniões ordinárias de 10 e 31 de outubro, respetivamente. -----

----- Aprovada a ata n.º 19/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 20/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e vinte e sete mil, novecentos e trinta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e nove mil, trezentos e quinze euros e trinta e um cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- AGRADECIMENTO DA ACADEMIA SÉNIOR DE PEGÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR -----

----- PROTOCOLO RELATIVO AOS TRANSPORTES ESCOLARES 2013/2014 -----

----- PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO PCP AO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 - PODER LOCAL-----

----- CANDIDATURAS EM CURSO – ESTRATÉGIAS INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL –
OFÍCIO DA ANMP -----

----- ÁGUAS DO OESTE GALARDOADA PELO SEGUNDO ANO COM SELO DE QUALIDADE -----

----- RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL DA ANMP – PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO
PARA 2015 -----

----- PEDIDO DE INTERVENÇÃO URGENTE - EN114 - TROÇO ENTRE A AVENIDA 13 DE JULHO E A
ZONA INDUSTRIAL DE RIO MAIOR (JUNTO À SIBELCO) -----

----- DADOS ESTATÍSTICOS ATENDIMENTOS NA LOJA DO CIDADÃO -----

----- DADOS DO DESEMPREGO NO CONCELHO DE RIO MAIOR -----

----- AMPV | NOTA DE IMPRENSA – REGUENGOS DE MONSARAZ ELEITA CIDADE DO VINHO 2015 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo
com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Dos assuntos apresentados para conhecimento pediu especial atenção para a
situação da Estrada Nacional 114 dizendo que esta é uma situação que se arrasta há
já muitos anos e que tem vindo a piorar devido às condições atmosféricas e começam
a verificar-se constantemente situações de perigo para quem por ali circula. Perante
esta situação pediu que para além do ofício enviado à Estradas de Portugal houvesse
uma pressão maior e definitiva junto do governo e da Estradas de Portugal, com
pedidos de audiência, apresentação de todos os desenvolvimentos e compromissos
existentes da administração central para com o município de Rio Maior relativamente
àquela estrada exigindo o cumprimento dos mesmos e o saneamento de um problema
que muito tem lesado a população. -----

----- Acerca da Resolução do conselho geral da Associação Nacional de Municípios
Portugueses (ANMP) relativamente à proposta do orçamento de Estado para 2015
onde foram apresentadas algumas propostas de alteração lembrou que as mesmas
foram recusadas pela administração central deixando uma grande insatisfação
naquela associação pela irredutibilidade de governo. Disse ainda que aquilo que está
em causa é a interferência na autonomia dos municípios quer pela impossibilidade
destes gerirem os seus recursos próprios quer pelas imposições no que respeita a
recursos humanos ou mesmo pela apropriação de cerca de 40% das receitas das
comunidades intermunicipais e pela usurpação de receitas que seriam da
administração local. Referiu que ANMP tem tido um papel fundamental neste processo
e a resolução de antecipar o congresso é de extrema importância para a união dos

autarcas e para a defesa dos interesses dos municípios em detrimento de outro tipo de estratégias partidárias. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Chamou à atenção para a gravidade do que resulta da aprovação do orçamento de Estado para 2015 que é de tal maneira grave que, independentemente dos partidos com representação na Assembleia da República e dos partidos que fazem parte do conselho da ANMP, por unanimidade foi verificado que era um prejuízo para o poder local democrático, não só pelas verbas que são retiradas mas acima de tudo pelo incumprimento dos compromissos assumidos, quer relativamente à Lei das Finanças Locais quer relativamente ao IVA. Afirmou que desta forma o poder local deixa de ter capacidade para poder cumprir aquilo que a lei lhe atribui porque tudo o que tem a ver com o orçamento, com aquilo que são os seus direitos relativamente à distribuição dos impostos a tal ponto que o congresso será antecipado para o primeiro trimestre do ano que vem. Referiu ainda que as propostas feitas pelo Partido Comunista Português para beneficiar o poder local foram reprovadas na Assembleia da República. -----

----- Outra nota importante que deixou é a necessidade de atuar face à administração central e à Estradas de Portugal no caso da Estrada Nacional 114 através da responsabilização porque esta estrada está a atingir os limites da segurança e começa a ser necessário saber de quem é a responsabilidade no caso de acidente. Acrescentou que esta estrada não é caso único e que também o IC 2, na ligação da Asseiceira ao Alto da Serra, é um perigo iminente, não só pela degradação mas também pela falta de sinalização horizontal, apontando também o caso do acesso a Rio Maior por Vale de Óbidos que está cortado que está bloqueado há cerca de trinta anos, ou seja, está projetado, estão lá as acessibilidades, mas existem portões e pedras a tapá-lo o que não faz qualquer sentido. Afirmou que a responsabilidade da Estradas de Portugal tem que ser exigida para que Rio Maior tenha aquele acesso.-----

----- Por último acrescentou, em relação aos dados do desemprego de 2014, que existem duas realidades, a numérica e a real, porque como é sabido existem muitas pessoas desempregadas não contabilizadas para esta estatísticas tal como acontece com que emigra. Disse tratar-se uma mistificação da realidade, que não são estes números que falam da realidade no concelho de Rio maior e no país. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referindo-se mais uma vez à questão da saúde no concelho de Rio Maior disse que reconhece o empenho da Câmara Municipal e a boa vontade do ACES da Lezíria

mas que esta é uma situação requer uma mudança de estratégia já que a quantidade de utentes sem médico de família é já entre os nove mil e os onze mil. Nesse sentido, Propôs que o executivo reclame de forma mais frontal, mais direta e mais exigente pedindo reuniões às entidades governamentais que assumem essa responsabilidade. Afirmou que o facto de as extensões de saúde nas freguesias não abrirem está a resultar numa diferenciação entre os riomaiorenses, ou seja, quem tem a unidade de saúde familiar tem serviço quem não tem e vive na cidade ainda pode ter o atendimento complementar mas se viver nas freguesias e não tiver transporte não tem qualquer apoio. Reafirmou que não é da responsabilidade da câmara, é responsabilidade do ministério da saúde e do governo, e que a proposta que deixa é que se exija que esta situação não continue a degradar-se porque os utentes que aqui vivem não podem continuar à espera. -----

----- De seguida fez referência a um outro assunto que também já chamou à atenção, as condições de abrigo das entradas dos centros escolares 1 e 2, dizendo que a execução de uma cobertura interna de ligação do edifício à portaria é imprescindível para resguardo das crianças que, em dias de chuva, chegam às salas completamente encharcadas. Disse ainda ter conhecimento que existem movimentos no sentido de pedir aos pais dinheiro para esse efeito e discordou terminantemente com essa ideia porque este é um problema que tem a ver com a prioridade ou não de se fazer um telheiro a quem compete fazê-lo. -----

----- Referiu que deve também começar a ser equacionada a possibilidade de construir um abrigo para os táxis, devendo esta situação ser planeada, enquadrada e acompanhada para a requalificação daquele espaço. -----

----- Terminou fazendo uma sensibilização, não só ao executivo mas acima de tudo aos trabalhadores da câmara municipal, que no próximo dia 4 de dezembro irá ter lugar uma manifestação por causa das trinta e cinco horas e considerou que seria importante que o executivo pedisse a responsabilidade dos trabalhadores pelo horário agora praticado, porque o executivo assumiu responsabilidades administrativas, civis e financeiras, no sentido de os trabalhadores poderem ter as melhores condições, mas, em sua opinião, os trabalhadores deviam estar solidários com essa atitude porque sozinhos os executivos, qualquer que seja a sua boa vontade, não chega para exigir ao poder que não se imiscua na autonomia do poder local. Reforçou que é muito importante que os trabalhadores sejam alertados e que sejam solidários nessa decisão e que, nesse sentido, pudessem deslocar-se a Lisboa para serem solidários na luta pelas trinta e cinco horas e simultaneamente proteger, acompanhar e reivindicar o que

foi a decisão que foi deste executivo, que é fundamental para os trabalhadores e não para os membros do executivo. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse compreender aquilo que foi dito acerca das trinta e cinco horas e o desconforto que será se efetivamente o executivo tiver que responder sobre a sua decisão e os trabalhadores não tiverem uma postura em concordância com a posição tomada mas, que do ponto de vista ético, tem alguma dificuldade em aceitar que se faça apelo à manifestação e considerou que as pessoas são esclarecidas e que não deve haver nunca interferência junto dos trabalhadores no sentido de fazerem ou não greve. -----

----- Referindo-se aos assuntos constantes da ordem de trabalhos disse ter verificado que existem uma série de obras previstas a nível da rede de águas e da rede de saneamento que possivelmente se poderão vir a enquadrar em candidaturas a fundos comunitários no âmbito do ciclo urbano da água e sugeriu que se avançasse desde já com o projeto da rede de saneamento e na remodelação da rede de águas dos Casais Monizes para que, havendo possibilidade de candidatar essa obra, o projeto estivesse pronto a integrar uma candidatura aos fundos comunitários e os valores da mesma já apurados. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que, relativamente às coberturas nos centros escolares 1 e 2, a câmara municipal tem noção de que existem estes constrangimentos, e que no centro escolar 2 têm vindo a ser tomadas algumas diligências nesse sentido indo realizar-se uma reunião entre a direção da escola e a associação de pais para se definir alguns pontos que poderão minorar essa situação. Neste âmbito acrescentou que se realmente existem encarregados de educação que, numa perspetiva cívica e de contributo comunitário, não se importam de participar na intervenção e melhoria do estabelecimentos de ensino não vê o porquê de não aproveitar. Acerca do centro escolar 1 disse estar feito um levantamento das necessidades e orçamento relativamente ao aproveitamento do antigo edifício do centro de actividades ocupacionais no Centro de Educação Especial “O Ninho” e que assim que haja disponibilidade financeira as obras avançarão colmatando algumas das deficiências sentidas por quem frequenta o dito centro. -----

----- Deu conhecimento que em março de 2015 se irá realizar em Rio Maior a final nacional das olimpíadas da matemática na Escola Secundária de Rio Maior e é um

evento organizado pela Sociedade Portuguesa de Matemática e que servirá como projeção da cidade de Rio Maior enquanto espaço educativo de referência. -----

----- Partilhou também a notícia da boa classificação alcançada pela Escola Secundária no ranking nacional das escolas classificando-se, num universo de cerca de seiscentas escolas, em nonagésimo primeiro lugar da geral e na classificação ponderada dentro dos setenta primeiros classificados. -----

----- Terminou dizendo que existe a forte possibilidade do lançamento do último CD da acordeonista Eugénia Lima se realizar em Rio Maior como resultado de uma parceria entre a Valentim de Carvalho e a Câmara Municipal para além de outras instituições ainda não confirmadas. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que dia cinco de dezembro vai celebrar-se o décimo sétimo aniversário da Escola Superior de Desporto de Rio Maior e considerou que o concelho de Rio Maior está de parabéns, a Escola Superior de Desporto está de parabéns e que o esforço de todos os executivos ao longo destes anos está compensado pelo destaque que a escola tem a nível nacional e até a nível internacional. Afirmou que esta foi uma grande iniciativa e aposta para o concelho de Rio Maior e em seu nome pessoal, extensível a todo o executivo, gostaria que ficasse registado em ata este louvor e que fosse comunicado à escola o seu voto de agradecimento por todo o trabalho feito. -----

----- Sobre as comemorações do aniversário da Associação de Bombeiros Voluntários de Rio Maior disse não poder estar presente mas deixou um bem-haja por todo o trabalho desenvolvido em todo o concelho. -----

----- Informou que relativamente à proposta de homenagem a José Luís e Sérgio Soveral o assunto está a ser avaliado no que respeita à localização e foram já estabelecidos contactos entre a câmara e os proponentes para a definição do melhor local cumprindo as regras técnicas. -----

----- Acerca das obras na Estrada Nacional 1 informou que foi iniciada a obra de reposição do pavimento no Alto da Serra e que em relação à Estrada Nacional 114 este é um problema que se arrasta há já muitos anos sobre o qual existem vários compromissos de vários governos e que até à data não passou do papel e que o que a câmara tem feito é comunicar à Estradas de Portugal sempre que há inundações para que procedam à limpeza e sinalizem os locais. Sobre o IC 2 lembrou que os nós (acessos) que estavam projetados alguns deles não avançaram porque na altura foi

dado prioridade a outras obras e lamentou o nó de Vale de Óbidos não se ter concretizado mas mais preocupante que essa situação é o estado de circulação que durante sete a oito quilómetros é um perigo eminente, e que até à data recuperação não passou do papel. -----

----- Deu conhecimento da certificação da estação elevatória de Vale de Óbidos, pedida deste setembro e quanto aos Casais Monizes disse que a Câmara já tem projeto desde o mandato anterior e que, por opção da Junta de Freguesia de Alcobertas e da população, se optou pela beneficiação da rede viária em detrimento da execução imediata do saneamento. Disse ainda que não obstante esta situação o projeto existe e havendo possibilidade integrará uma candidatura. -----

----- Referindo-se às trinta e cinco horas e ao apelo à manifestação disse que os trabalhadores têm o direito de fazer ou não greve e que aquilo que seria estranho era uma entidade patronal intervir na liberdade de adesão ou não a uma manifestação e que aquilo que o preocupa são as consequências de uma decisão da qual é co-responsável mas que os trabalhadores merecem essa decisão. -----

----- Sobre a cobertura para passageiros na praça de táxis disse que não é hábito existirem e que mais preocupante é o facto de não existir WC para os taxistas embora exista uma pública a cento e cinquenta metros. -----

----- Acerca do centro de saúde reforçou aquilo que já disse em outras ocasiões, a câmara municipal está a colaborar com o centro de saúde na remodelação do jardim e limpeza exterior, mesmo não sendo da sua responsabilidade, assim como, havendo disponibilidade financeira, a possibilidade de pavimentação dentro do espaço murado do centro de saúde. Concluiu dizendo que este tipo de trabalhos competem à administração central e que não havendo disponibilidade financeira da autarquia as suas competências são prioritárias e que, assim, deve ser a administração central a fazer estes trabalhos como é sua competência e obrigação. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse saber pela própria diretora do ACES que a situação da sinalização das ambulâncias e pavimentação é responsabilidade da Autoridade Regional de Saúde e que iria ser resolvida a situação. -----

----- Quis ainda deixar claro acerca das trinta e cinco horas que o que está em causa é dar a conhecer aos trabalhadores o que é que o executivo está a fazer por eles, ou seja, todos têm que ser co-responsáveis desta decisão. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Pediu a palavra apenas para informar que, durante a próxima semana seguirá

para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo vários pareceres técnicos/jurídicos sobre a situação do prolongamento da Avenida Marechal Humberto Delgado e que após isso é que haverá condições do assunto ser agendado e abordado por todos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por se referir à questão das trinta cinco horas e da greve dizendo que a greve é uma manifestação solidária e individual como outras e cada qual escolha a forma de luta que entende por melhor. Afirmou que, em sua opinião, os trabalhadores reconhecem que o executivo municipal tomou uma decisão em prol de todos mesmo sabendo que poderá ter consequências e que continua a trabalhar no sentido de resolver em definitivo a questão com as duas secretarias de Estado e com os sindicatos. Acrescentou ainda que foi também solicitado pelos membros da CDU presentes no Conselho Geral da ANMP que no momento da votação do orçamento de Estado estivessem presentes nas galerias da Assembleia da República e que esse apelo foi repudiado por grande parte dos presidentes de câmara. -----

----- Acerca da resolução do conselho geral da ANMP disse que esta resulta da proposta do conselho diretivo que foi acolhida por unanimidade e reconhecido todo o trabalho feito pelo conselho diretivo sabendo que, no entanto, toda a negociação ficou muito aquém daquilo que se pretendia. -----

----- Sobre a questão da saúde e o facto de cerca de 50% dos utentes estarem sem médicos de família disse que teme que a situação de venha a agravar depois do final do ano, mas que efetivamente e em termos de atendimento complementar este está a funcionar e quem vai ao centro de saúde, mesmo sem médico de família, é atendido considerando ainda que mais importante que ter médico de família ou fazer parte de um ficheiro de um médico é ser-se atendido quando é necessário. Referiu ainda que têm sido realizadas reuniões devido aos diversos constrangimentos que têm vindo a acontecer entre as entidades competentes e espera-se que estes problemas venham a ser ultrapassados até 2016, nomeadamente as situações das freguesias e dos grupos de risco. -----

----- Quanto à Estrada Nacional 114 disse que se trata efetivamente de uma situação perigosa e que seguiu já informação para a Estradas de Portugal a dar conta disso mesmo, sabendo que em termos do projeto existem compromissos assumidos há já alguns anos e disse esperar que o mesmo possa avançar no âmbito do novo quadro comunitário como uma prioridade. -----

----- Por último informou que os presidentes de câmara da sub-região da Lezíria do Tejo fizeram a entrega a dezasseis corporações de bombeiros, incluindo a de Rio

Maior, da primeira parte de um conjunto de equipamento de proteção individual para combate a incêndios florestais num total de cento e setenta e um mil euros que foi financiado a 85% e o remanescente foi assegurado pela comunidade intermunicipal e pela administração interna. Demonstrou a sua satisfação pelo facto do vice-presidente da liga reconhecer que a região do médio Tejo e lezíria do Tejo serem dos distritos que mais rapidamente avançaram com este processo. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu a palavra ao Vice-Presidente para fazer uma breve explicação acerca do conteúdo dos despachos em causa. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Explicou que se trata de procedimentos no âmbito do ciclo urbano da água como já foi referido e dado o prazo das candidaturas ser até ao dia dezanove de dezembro e o nível de maturação do projeto exigido levou a que fossem de imediato efetuados os procedimentos sem serem presentes a reunião do executivo ao qual se apresentam agora os despachos para ratificação, se assim o entenderem. Informou ainda que para além destes três procedimentos foi também efetuado um procedimento por ajuste direto para a telegestão na parte norte do concelho e que na candidatura também se irá avançar com vários projetos cujas contas não estão ainda encerradas relativamente a obras feitas quer no saneamento que nas águas pelo concelho. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que o valor global de vinte milhões para o país inteiro é nitidamente pouco e que a câmara municipal fez bem em fazer todas as candidaturas possíveis na perspectiva de poder beneficiar para as situações mais prementes. Questionou se a câmara continua a manter a sua responsabilidade se nenhum deles vier aprovado ou se, tal como está no orçamento, só em 2016 é que vai realizar esta obra. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que as obras têm uma verba baixa para 2015 mas que com qualquer revisão/alteração se pode reforçar e que em todos os concursos existe uma cláusula que estabelece que caso a candidatura não seja aprovada os procedimentos poderão não avançar, mas que, como é evidente, há um compromisso, prioritário, do executivo municipal para com a Vila da Marmeleira que será tido em conta. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que considera a estratégia utilizada correta e que é legítimo que a câmara municipal recorra a esse processo e felizmente que está em condições para o fazer, porque possivelmente nem todas as câmaras terão essas condições podendo essa verba vir a ser reforçada. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou ainda que pode até haver alguma garantia de, na eventualidade de não ser contemplado no overbooking, poder vir a ser integrado no novo quadro comunitário se for considerado como tal por quem decide. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que tudo isto só foi possível devido à colaboração e apoio por parte dos serviços técnicos da câmara porque o ciclo urbano da água abriu dia catorze de novembro e, embora os projetos estivessem feitos, foi necessário preparar todo o procedimento até à data limite agradecendo, por isso, a todos pelo empenho e colaboração permitiu chegar até este ponto. -----

----- **DESPACHO N.º 69/2014, DE 14 DE NOVEMBRO – AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO – REMODELAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA À VILA DA MARMELEIRA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 69/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 14 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovar a abertura do procedimento de concurso público para a realização da empreitada em apreço, bem como aprovar o projecto, as peças do procedimento e o respectivo anúncio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 70/2014, DE 14 DE NOVEMBRO – REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS DAS ZONAS LÍMITROFES DE RIO MAIOR – ARCO DA MEMÓRIA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 70/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 14 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovar a abertura do procedimento de concurso público para

a realização da empreitada em apreço, bem como aprovar o projecto, as peças do procedimento e o respectivo anúncio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 71/2014, DE 19 DE NOVEMBRO – AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DE RIO MAIOR” E “EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOMÉSTICO NO CONCELHO – EXECUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 71/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 19 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovar a abertura do procedimento de concurso público para a realização da empreitada em apreço, bem como aprovar o projecto, as peças do procedimento e o respectivo anúncio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 73/2014, DE 24 DE NOVEMBRO – AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO – REMODELAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA À VILA DA MARMELEIRA – PROCESSO N.º 85/2014/CP – ATA DE ERROS E OMISSÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 73/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 24 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a aprovação dos erros e omissões do caderno de encargos apresentados pelos concorrentes, considerando a necessidade de prestar a devida resposta em tempo útil e no prazo estabelecido para o efeito. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 74/2014, DE 24 DE NOVEMBRO – REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS**

**DAS ZONAS LÍMITROFES DE RIO MAIOR – ARCO DA MEMÓRIA – PROCESSO N.º 86/2014/CP
– ATA DE ERROS E OMISSÕES -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 74/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 24 de novembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a aprovação dos erros e omissões do caderno de encargos apresentados pelos concorrentes, considerando a necessidade de prestar a devida resposta em tempo útil e no prazo estabelecido para o efeito. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

**----- PONTO II – PRÉMIO BOMBEIRO DO ANO COMANDANTE DR. EDUARDO AGOSTINHO -
AQUISIÇÃO DE CAPACETE DE CRISTAL -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o apoio financeiro para atribuição do prémio de bombeiro do ano pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior no valor de 541,80 € (quinhentos e quarenta e um euros e oitenta centimos c/IVA incluído). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO III - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA SITA NA FREGUESIA DE RIO
MAIOR EM NOME DE SANDRA AZENHA – SOLICITADORA LICENCIADA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a serventia que atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 84 da secção BL, da Freguesia de Rio Maior, se enquadra no artigo 63º da Lei n.º 2110/61, de 19 de agosto, pelo que poderá ser considerada do conhecimento e domínio público. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO IV - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE
ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS EM REGIME DE RENDA APOIADA – ADESÃO AO
PROTOCOLO SEALRA/SEAPI/ANMP -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25º ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada e mais concretamente ao Mapa do Anexo I, a que se refere o n.º 2 do Artigo 6º (Regime de Atribuição). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - EMISSÃO DE PARECER AO ABRIGO DO N.º 3 DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI N.º 460/77, DE 7 DE NOVEMBRO PARA PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA EM NOME DE H2O ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE ARROUQUELAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a emissão de Parecer Favorável à Declaração de Utilidade Pública da H2O - Associação de Jovens de Arrouquelas, nos termos constantes das informações emitidas, cuja proposta se transcreve na íntegra: -----

----- “Em conformidade com o solicitado por V. Exas. e de acordo com a Deliberação de Câmara datada de 28/11/2014, referente à Emissão de Parecer favorável à atribuição de Declaração de Utilidade Pública em nome de H2O - Associação de Jovens de Arrouquelas, ao Abrigo do n.º 3 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, informamos que, este serviço dispõe das seguintes informações acerca da H2O - Associação de Jovens de Arrouquelas: -----

----- 1. Trata-se de uma associação com cerca de 20 anos de existência, repletos de atividades dinamizadas na sua área de influência, mas também na Região, País e Europa; -----

----- 2. Ao longo destes 20 anos tem alargado as suas valências, realizando atualmente atividades que abrangem do mais jovem ao mais idoso habitante do concelho de Rio Maior; -----

----- 3. Trata-se de uma associação que visa defender e preservar o meio ambiente, mas também a formação cultural, desportiva e social da população; -----

----- 4. A associação promove formações e atividades em diferentes áreas, disponibilizando-as não só aos seus membros, mas também à população em geral; ----

----- 5. A associação demonstra uma capacidade de evolução e atualização da sua metodologia e técnicas de envolvimento da população, criando projetos dinâmicos e únicos no Concelho e Região, envolvendo também outras associações na organização; -----

----- 6. A associação demonstra sempre disponibilidade para colaborar com entidades públicas (Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro, Escola Profissional de Rio Maior, entre outras) e privadas (Associação Comercial e Empresarial de Rio Maior, Centro de Educação Especial “O Ninho”, Rancho Folclórico de Chãos, entre outras), demonstrando sempre rigor organizativo e envolve os demais parceiros e participantes; -----

----- 7. No que concerne à defesa dos interesses dos seus associados, a associação procura servir de elo de ligação entre eles e os diferentes organismos oficiais, contribuindo para um harmonioso desenvolvimento das relações institucionais; -----

----- 8. O trabalho desenvolvido pela Associação H2O, contribui significativamente para o desenvolvimento cultural e social de todos os que usufruem das suas atividades.” -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este estatuto de utilidade pública assume particular relevância para as coletividades porque é hoje uma das poucas formas destas poderem beneficiar na sua atividade e que nesse aspecto a H2O tem, ao longo de duas décadas, dado um bom contributo para a cidadania e para a valorização do movimento associativo. Considerou que a expressão “estatuto de utilidade pública” devia constar na deliberação porque é assim que está na lei e fez votos que rapidamente a Secretaria do Conselho de Ministros responda rapidamente. Acrescentou que esta prática devia ser disseminada pelo concelho atendendo a que existem várias instituições que, ao longo destes anos, têm dado um espantoso contributo para o desenvolvimento local, para o exercício da cidadania, da democracia participada e acima de tudo da cultura, do recreio, do lazer e do desporto. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ter ficado bastante agradada com esta solicitação por parte da associação H2O porque se trata de uma associação não só conhecida a nível local e nacional mas também a nível internacional, com provas dadas e que contribui bastante para a educação informal dos jovens e jovens adultos. Acrescentou ainda que neste momento, e mais uma vez no desempenho da sua atividade, encontra-se a colaborar

com o centro escolar Poeta Ruy Belo onde se encontram diariamente dois jovens estrangeiros a colaborar com os professores e a participar nas actividades letivas daquele estabelecimento de ensino. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que se trata de um pedido que foi feito à Câmara pela Presidência do Conselho de Ministros na sequência do pedido da H2O para lhe ser concedido o estatuto de utilidade pública. Disse que conforme é solicitado, o parecer deve refletir a atividade e a relevância da associação que, no caso em apreço, é um parecer merecido pelo trabalho que a H2O desenvolve no concelho de Rio Maior do qual é testemunha, sendo esta associação referida a nível nacional como um exemplo pelo trabalho que desenvolve, as parcerias que faz e como uma das associações especialista no país em termos de dinâmica internacional e de fundos comunitários, nomeadamente do programa Erasmus e Erasmus Mais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de apoio financeiro à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, num total de 6000,00€ (seis mil euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que pelo menos desta forma, o executivo possa contribuir não só para o convívio, para a criação de laços, para a relação de pertença afetiva, para a criação de identificação e conhecimento de cada um, mas também para os mais jovens, particularmente as crianças, filhos dos trabalhadores, para que possam ter um natal que seja gratificante. Disse saber que muitos dirão que seis mil euros é muito dinheiro, que existem outras prioridades, mas, em sua opinião, não há prioridade maior do que valorizar aqueles que são os elementos fundamentais na câmara municipal, os trabalhadores. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que todos gostariam que os valores disponíveis para a festa dos trabalhadores da câmara fossem superiores, como já foram, mas que neste momento os recursos são limitados e há que ajustar o gasto aos recursos disponíveis sendo que a proposta que é apresentada à Câmara é de valor igual ao ano de 2013. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS ESCOLARES - ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência de verbas no valor de 1 410,50€ (mil quatrocentos e dez euros e cinquenta cêntimos) para o Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, destinadas à aquisição de material didático, tinteiros e outros e a celebração da adenda ao protocolo firmado entre o Município e os Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que é com profunda apreensão que vê a forma como as questões da educação são tratadas no próximo orçamento de Estado e na reforma do Estado prevendo-se que aquilo que irá acontecer é a municipalização da educação em regimes experimentais que levam ao despedimento ou redução do número de professores e lamentou que um governo possa colocar em causa o direito à educação pública na proposta que apresenta, nomeadamente através do despedimento de milhares de professores e educadores e pessoal não docente. Afirmou que as câmaras municipais, e a de Rio Maior em particular, são neste momento um contribuinte líquido para a administração central porque no que respeita à negociação em relação aos transportes, em relação ao protocolo do pessoal não docente, em relação às cantinas, o dinheiro que transferem para o município não é suficiente e reveste-se, assim, como uma desresponsabilização do Estado transferindo o trabalho “sujo” para as autarquias locais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE ALCOBERTAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de apoio financeiro à AJA - Associação Jovem de Alcobertas, num total de 400,00€ (quatrocentos euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Explicou que se trata de um pedido de apoio da associação na deslocação de dois pares que foram seleccionados para participarem no campeonato do mundo da Europa de dança desportiva em Espanha e que a própria associação não tinha

previsto esta despesa em orçamento. Disse ainda que se trata de um pequeno apoio extra contrato programa e que é prestigiante para Rio Maior ter uma representação num campeonato desta dimensão. Considerou que este é também um sinal que Rio Maior começa a alargar o seu leque desportivo com outras modalidades a estarem em evidência e a ter uma nova dimensão. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que, independentemente de não constar do plano de atividades da própria associação, ficou muito satisfeita com esta representação e pelo salto qualitativo que a associação para o qual contribuiu a disponibilização das instalações para a prática da dança desportiva. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que se vai assistir nos tempos próximos à importância do movimento associativo de raiz popular e deixou o testemunho que convém a câmara ter a preocupação imediata de que as coletividades estão a viver enormes dificuldades não só pela situação de crise mas também pelas exigências que lhes são colocadas pelas entidades fiscalizadoras. Reafirmou que é necessário muito cuidado e apoio às coletividades porque, a título de exemplo, esta mesma coletividade já foi alvo de denúncias à autoridade da concorrência porque hoje é fila de negócio a prática desportiva e considerou inacreditável como é que uma coletividade com esta capacidade criadora tenha sido confrontada com uma queixa na autoridade da concorrência. Deu conhecimento que a federação ajudou a resolver o problema e reforçou que nos tempos próximos o próprio executivo vai ter que acompanhar, ajudar a desenvolver e a consolidar todo o movimento associativo porque o movimento associativo de raiz popular tem que ser entendido como um vetor e um fator de coesão territorial, coesão social, desportiva, recreativa e cultural. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DA ASSOCIAÇÃO DE FESTAS E MELHORAMENTOS DE AZINHEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a afixação de publicidade condicionada às informações e pareceres emitidos. Mais deliberou aprovar a isenção de pagamento das taxas devidas nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Explicou que é mais um pedido de licenciamento de publicidade que tem que ser presente à Câmara para deliberação e aproveitou a ocasião para dar conhecimento que se deu início à prática de recolha de publicidade não autorizada, inicialmente dentro do perímetro da cidade alargando-se depois às freguesias e zonas rurais. Disse compreender que é aborrecido para os promotores das atividades publicitadas mas há toda uma tramitação que tem que ser cumprida e que tal não tem acontecido inclusivamente pelas entidades que já conhecem o procedimento e que estão isentas de qualquer taxa. Acrescentou ainda que o movimento associativo de raiz popular é feito pelas populações, que dão de si e do seu tempo, contudo há também que cumprir minimamente aquilo que é solicitado para todos os outros e apelou aos presentes que façam chegar às associações que não é intenção penalizá-las mas antes criar normas de funcionamento comuns a todos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este procedimento é uma formalidade devido ao facto de o novo regulamento ainda não ter sido aprovado mas que, de qualquer forma, considera haver alguma função pedagógica na elaboração desta publicidade sugerindo até que o próprio gabinete de comunicação da câmara possa ajudar as coletividades nesse sentido. Acrescentou ainda que atualmente para realizar um espetáculo é preciso despende de uma soma avultada com taxas, direitos de autor, seguros, etc., e que se prevê que nos próximos tempos estas se venham a agravar e que só em raras exceções as coletividades estão isentas, como é o caso do estatuto de utilidade pública. Nesse sentido, informou que se está a tentar que seja criado um regime de utilidade municipal para a isenção do IMI e das taxas e permitir que a própria coletividade possam beneficiar com isso porque estão a trabalhar voluntariamente e para as comunidades. Deu ainda conhecimento que foi criado o Fórum da Economia Social do distrito de Santarém onde existem atualmente mil setecentas e oitenta e quatro coletividades com uma atividade que é de longe o setor da economia social que maior número de pessoas envolve, trabalho gratuito e voluntário e que tem uma atividade de prevenção e que, por isso, tem que ser incentivado de todas as formas. Disse ainda que foi entregue pela federação uma proposta ao município por causa de um protocolo para formação gratuita vai fazer um ano e que até à data nada foi dito.---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL AO PAEL – 3º TRIMESTRE DE 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o PAEL, o relatório de acompanhamento referente ao 3.º trimestre de 2014, onde consta o mapa de execução trimestral das medidas previstas no PAF, nos termos do definido na alínea a), do n.º1 do art.º 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que, como todos sabem, a CDU é contra este programa e que do relatório se retira algum protelamento, por parte do município, relativamente às medidas impostas como, por exemplo, o pagamento da taxa de recursos hídricos, a taxa da gestão do resíduos que deve ser suportada pelo utilizador final em benefício da autoridade ambiental, custo esse que tem sido suportado pelo município, o regulamento do tarifário e estacionamento coberto que aguarda a remessa à Assembleia Municipal e que, a seu ver, este programa de apoio à economia local não é mais nem menos que a oportunidade de as águas e a eletricidade receberem dinheiro para serem privatizadas. Afirmou que não vota contra porque não é culpa da Câmara mas indicou o sentido de voto como abstenção por estar em completo desacordo com as propostas que o PAEL obriga a ter que tomar. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Manifestou o seu regozijo por verificar que uma série de medidas previstas não foram ainda tomadas pelo município e que essa posição está a aliviar a população do concelho de Rio Maior. Sugeriu ainda que dentro daquilo que for possível que a câmara adie a tomada destas medidas porque efetivamente é a forma que tem de não penalizar ainda mais uma população que em termos gerais está já bastante penalizada. Salientou que deste acompanhamento das medidas do PAEL o adiamento das medidas não deve resultar num apontar de qualquer falha de gestão mas, pelo contrário, deve ser louvado e insistiu que a Câmara, até ao limite das suas possibilidades, adie estas medidas. Reforçou dizendo que a Câmara tem vindo a cumprir os objetivos do PAEL, tem honrado os seus compromissos perante os fornecedores e outras entidades e que, em face disso, conseguir continuar a adiar a aplicação destas medidas é o ideia porque, é sua convicção, o PAEL não foi feito para resolver os problemas dos municípios e para ajudar a economia local, foi feito para canalizar verbas para certos setores que depois o governo irá vender. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Subscreeveu na íntegra a intervenção do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que esta é uma questão que decorre da lei e que não sabe até quando é que se conseguirá manter as coisas desta forma sem imputar aos munícipes qualquer medida daquelas que estão legalmente previstas, mas acolheu a sugestão feita. -----

----- Acerca do estacionamento subterrâneo disse que muitos daqueles que nos visitam chegam, muitas vezes, quase a acusar a Câmara de má gestão por não cobrar qualquer tarifa na utilização dos mesmos, mas, nesta fase, tentou-se não sobrecarregar mas efetivamente terá que vir a existir uma forma de estes equipamentos gerarem alguma receita nomeadamente para auxiliar no encargo que ainda existe pelo investimento que foi feito. Disse que os regulamentos estão aprovados pela Assembleia Municipal, que na altura gerou grande agitação e inclusive alguns abaixo assinados, e embora o executivo desejasse nunca ter que vir a onerar os munícipes e não ter que aplicar tarifas e ter determinados comportamentos e determinados atos de gestão, a verdade é que é vai chegar a altura que terá que se obter alguma receita para conseguir fazer face às despesas dos equipamentos. Afirmou que tentar-se-á aguentar a situação até ao máximo possível, esperando que melhores tempos venham, para que se possa ter alguma receita. Em relação ao PAEL disse que o concelho de Rio Maior recorreu a este plano de financiamento em cerca de oitocentos mil euros, à semelhança de outros programas que já existiram no passado, a única diferença é que existe agora uma fiscalização não só da tutela mas também da Assembleia Municipal a quem se presta contas, para além das consequências que podem advir do incumprimento. Terminou dizendo que, apesar de tudo, este controle e esta fiscalização só pecam por tardios. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ser evidente, para quem lê o documento, o ato de inteligência do próprio serviço e das propostas para cumprimento das condições impostas pelo programa, quando se diz que algumas das medidas estão implementadas, como o caso do estacionamento coberto, e que se aguarda a resolução de questões técnicas, relacionadas com o equipamento a instalar nos parques de estacionamento. Reafirmou que a CDU não está nada contra isso está sim contra o PAEL e disse esperar que nunca mais seja preciso um outro PAEL. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Lembrou que o PAEL foi um financiamento feito aos municípios, no caso de Rio Maior não para pagar às empresas locais, mas a nível nacional houve municípios que recorreram a este programa para pagar o mesmo que Rio Maior, os grandes encargos,

e também à economia local, e que a única diferença de outros empréstimos em outros tempos, como o PREC, é que agora existe fiscalização e controle apertado ao cumprimento das condições do mesmo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Todas as intervenções neste período foram transcritas na íntegra. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, público em geral, funcionários, os meus cumprimentos. Senhora Presidente pedia que esta intervenção ficasse registada na Íntegra em ata. -----

----- Senhora Presidente e Senhores Vereadores, depois de apresentar a minha disponibilidade para responder à vossa pretensa do início de outubro e que os senhores não aceitaram, pretendo fazer uma breve cronologia dos factos que me dizem respeito neste processo 8/2010. Em agosto de 2010 fui contactado pelo Senhor Vice-Presidente para participar numa negociação na parte que me envolvia neste processo. Depois de algumas reuniões entre representantes da Fozmassimo, Câmara e Nuno Lucas não se encontrou entendimento. Em janeiro de 2011 recebo o início de processo de expropriação. Depois de contestado e averiguado verificou-se existir um protocolo entre Câmara e Fozmassimo que sustentava a referida expropriação de forma ilegal. Nos meses seguintes outras reuniões se realizaram sem se obter entendimento. Em novembro de 2012 verifiquei que a responsabilidade do protocolo não é da entidade com quem reunia, Fozmassimo, mas sim de uma terceira, Square Asset Management. Este facto foi sempre escondido pelo executivo da Câmara e só de pois de se discutir em reunião de Câmara, em novembro de 2012, foi reconhecido. Depois de algumas reuniões, em janeiro de 2013, com esta entidade responsável pela execução das contrapartidas a ceder ao município, ficou estabelecido parâmetros de acordo que satisfaziam os entendimentos envolvidos. Prestada informação ao executivo municipal e depois de algumas reuniões com informação distorcida e aceitável pelo executivo municipal, este ciclo terminou com uma reunião a meu pedido no dia 8/5/2013 que teve como resultado o que está escrito em ata em reunião de

Câmara. Antes e após esta data, e no anterior executivo, este processo foi referido várias vezes, sobretudo pelos vereadores da oposição, no sentido de se criarem condições aceitáveis para os intervenientes sem que o domínio público ficasse prejudicado. Depois de setembro de 2013, e após oito intervenções consecutivas por minha iniciativa em reuniões de Câmara no ano de 2014, pela primeira vez foi solicitado por este executivo, no início de outubro, para me pronunciar sobre este processo. De imediato apresentei a minha disponibilidade à Senhora Presidente e aos Senhores Vereadores. 28/11/2014, mantenho a minha disponibilidade. Todos esses factos podem e devem ser aprofundados, estão aqui em causa interesses públicos e privados que podem, e continuam a ser, manipulados e como é óbvio prejudicam uns em benefício de outros. Senhora Presidente, gostava de deixar uma pergunta muito concreta: não entendo e não percebo como é que tanto se fala nas dificuldades financeiras para fazer obras no município e este executivo mantém este processo desta forma, até esta altura, sem que realmente tome as devidas medidas para que aquele grupo, aquela empresa, cumpra aquilo que devia ter executado logo na altura? Deixo esta questão no ar. Por agora é tudo, Senhora Presidente.” -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA, VALE DE ÓBIDOS – RIO MAIOR** -----

----- “Muito bom dia a todos. O facto de eu colocar várias, portanto eram várias questões, duas delas já o Senhor Vice-Presidente respondeu, fazendo o ponto da situação das questões ligadas à estação elevatória e outra sobre a antiga Nacional 1, Alto da Serra e o seu início, digamos assim. Uma terceira questão tem a ver concretamente com o passeio da Rua D. Afonso Henriques, ao pé da farmácia, melhor dizendo. Essa é uma terceira questão. Uma quarta questão que eu queria também aqui colocar prende-se concretamente com este sinal, este é um alerta que aqui deixo, este sinal que está ali no parque frente à Belaria, de proibição de viragem à direita. Bem sabemos que alguns automobilistas fazem aquilo com alguma frequência da mesma forma como também estando um sinal de estacionamento proibido do lado contrário da Rua João T. Barbosa as pessoas continuam a estacionar de forma abusiva, mas isso é um problema das autoridades, digo eu. Mas a questão que eu coloco é precisamente esta: eu percebo, com certeza que a comissão técnica colocou o sinal com todos os “quês”, mas eu levanto aqui esta questão, já era para o ter feito na última sessão mas não foi possível por razões de limitação de tempo, que é: aquando da realização do mercado mensal, portanto o parque é utilizado e aí, pelo menos até às catorze e trinta, quinze horas, estão impossibilitados os automobilistas de seguir a Rua João T. Barbosa, não é? Logo aí são forçados a fazer esta manobra, a fazer esta transgressão, digamos assim, são forçados a fazer esta transgressão. A

minha chamada de atenção é para ver se não é possível agilizar esta questão? Eu só coloco a questão nesse sentido. Depois uma outra questão que também venho verificando esta semana, se a memória não me atraiçoa, pode ser pela questão de pilotagem do tempo, penso que concretamente na rotunda a iluminação pública, junto ao cemitério, onde há também uma zona comercial, seguramente esta semana, enquanto a outra iluminação pública está toda a funcionar na viragem quer no cruzamento para Vale de Óbidos quer na rotunda no sentido Lisboa, essa iluminação está apagada. Não sei se a pilotagem da mesma é para mais tarde, não sei se é essa a razão forte, mas notei isso esta semana. Depois, por último, esta questão que eu achava também que era interessante, prende-se com a Praça da República e já verificamos que, portanto, o corte de uma das árvores, sujeitou-se ao seu corte que com certeza com o arranjo dali irá ter uma segunda árvore de um outro porte naturalmente, mas é palpável isto, fundamentalmente estas quatro ou cinco árvores que estão aqui, entre estes dois blocos, são árvores de um porte enormíssimo e a minha questão, se calhar uma sugestão, era de que será que é possível neste período que ainda se pode fazer, digamos, o desbaste das mesmas, será que é possível arrear de forma sustentável estas árvores para que no futuro não só produzam, elas são importantes no verão porque fazem sombra e as pessoas sentem-se ali muitíssimo bem, mas o porte delas é enormíssimo, eu acho que tecnicamente será possível criar o desbaste das mesmas, fez-se aqui há dois anos atrás ou três anos atrás essa posição mas não foi o suficiente na minha modesta opinião. Muito obrigada.” -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- “Eu acho que vale a pena ser autarca quando nos empenhamos para resolver problemas e conseguimos de facto resolvê-los e tem sido essa a principal motivação estar na vida pública. Esta situação tem a ver com a posição tomada relativamente ao processo de expropriação do terreno na Avenida Mário Soares, tendo sido decidido por unanimidade do executivo, após devida análise, pedir-se uma resposta por escrito a cada um dos intervenientes acerca do ponto da situação. A Câmara pretendia ter uma formalidade que viabilizaria depois os passos seguintes e uns responderam e outros não e os que não respondem vêm aqui, sistematicamente, insistir. Senhora Presidente, no meu entender a Câmara, que se esforça para encontrar uma solução, que pediu às pessoas que respondessem em conformidade e esses que não querem responder ainda manifestam desrespeito pela Câmara. Senhora Presidente, eu peço imensa desculpa mas enquanto eu não obtiver uma resposta por escrito sobre este processo, quem não tem consideração por mim também não sou obrigado a dispor

aqui, estar aqui a ouvir algumas coisas que nem verdade são. Senhora Presidente, digo-lhe que me custa muito, custa-me muito porque me empenhei até ao limite na resolução deste problema, até ao limite, e custa-me ainda mais porque se calhar se não tenho intervindo naquela altura o processo de expropriação tinha ido à frente, hoje a estrada estava feita e eu prejudiquei, na minha ansiedade de cumprir as formalidades de respeito por toda a gente, se calhar prejudiquei os interesses do concelho de Rio Maior. Isso é que me custa ainda mais. Senhora Presidente, para tudo há um limite, e eu queria dizer-lhe relativamente a este processo, enquanto não for cumprido aquilo que a Câmara decidiu, que é haver resposta por escrito áquilo que foi perguntado, eu não estarei disponível, e assim que houver intervenção do público sobre este assunto eu retirar-me-ei nessa altura e virei depois quando acabar a intervenção. Era só Senhora Presidente, queria dar-lhe conhecimento da posição do Carlos Nazaré em termos de futuro relativamente a este processo.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “ Eu vou dar-lhe a posição da Isaura Morais em relação às suas palavras. Quando se penitencia face ao processo de expropriação que esteve em cima da mesa para avançar e que depois apelou, no seu bom senso, de que é a falar é que as pessoas se entendem, e foi nesse pressuposto certamente que não se avançou para a expropriação e partindo do principio que se chegaria a bom porto sem ser necessário avançar para a expropriação. Portanto não assumo esse peso porque ele não existe. Agora eu, Isaura Morais, também me sinto já sem forças para poder e sem competência, como pessoa e não como Presidente de Câmara, para este processo, e acho que deve ser a tutela a pronunciar-se também, nomeadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo, a pronunciar-se sobre este aspecto e a disponibilidade que aqui foi manifestada para reunir, não se trata de reunir, porque nós não podemos levar as partes e ir reunir à CCDRLVT, portanto continuamos a aguardar uma posição por escrito, que essa é que é a posição formal que será depois ser solicitado parecer à CCDRLVT.”

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- “Senhora Presidente, eu na última sessão de Câmara em que houve intervenção do público tive que me ausentar e estive a ler a ata com muita atenção e acho que a pior coisa que acontece a qualquer cidadão é, e todos nós temos direito à nossa defesa, e acho que é uma coisa que tem pautado algumas intervenções do Senhor Nuno Lucas é a mentira, porque sistematicamente as suas intervenções, independentemente de estarem escritas ou não, aponta sempre uma série de situações que não correspondem à verdade. Quando diz relativamente à minha

pessoa, e estou a pessoalizar, que quando eu falo com o executivo são sete pessoas e depois eu é que decido, é para lhe dizer que deve desconhecer as regras do funcionamento da democracia e de um executivo e o órgão executivo funciona por votação, por maioria ou por unanimidade e, devido aquilo que tem dito, e volto a repetir pela terceira vez, que a única coisa que faz é mentir sistematicamente em todas as intervenções, eu sinceramente estou farto de ouvir tanta mentira porque quando fez a cronologia dos factos omite aquilo que lhe convém. Por exemplo omite uma reunião em que esteve presente o Senhor Vereador Carlos Nazaré, eu próprio, o Dr. Silvino Sequeira, os advogados, o Senhor também esteve presente, e essa não fala nela, em que foram assumidos compromissos por ambas as partes, o senhor de imediato, passado um dia ou dois, mandou um email a contradizer o que tinha sido aprovado. Essa parte não fala, convém-lhe não falar. Estou de consciência perfeitamente tranquila e enquanto vereador, e comungo aquilo que disse o vereador Carlos Nazaré, se ele não tivesse tido, e pedido a todos nós no anterior executivo, para o assunto não ter avançado para expropriação, a obra estava feita e é bom não confundir aquilo que o senhor fez, mais uma vez, que o dinheiro que está cativo para a feitura da obra é dinheiro que será efetivamente utilizado pelo Grupo SONAE somente naquela obra, portanto não confunda as pessoas, não confunda as coisas e deixe de continuar sistematicamente a mentir. Relativamente ao Senhor Nuno Lucas era só. ----
----- Relativamente ao meu amigo João Verde da Costa dizer que o passeio efetivamente ainda não está, esteve para ser feito, por várias razões não foi possível. Sobre a EDP tem havido ali um problema que têm andado a tentar resolver na Avenida dos Combatentes e naquela zona sobre a iluminação e relativamente à árvore esta foi cortada porque estava seca e a autarquia teve uma má experiência quando mandou podar as árvores junto ao BCP, como se deve lembrar secaram uma série delas e a qualidade é a mesma. Portanto vou registar aqui o que disse relativamente a uma poda, não sei se a poda das outras foi feita na melhor altura ou não.” -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e quinze minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____